



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

OFÍCIO Nº 5178/2026-09 (COMPLEMENTAR)

Jaguariúna, na data da assinatura digital.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador

RODRIGO REIS DE SOUZA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jaguaríuna

Assunto: Requerimento nº 043/2026, de autoria do(a) Ilustríssimo(a) Vereador(a) Jorge Luiz de Souza

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atenção ao Requerimento nº 043/2026, de autoria do Vereador Jorge Luiz de Souza, que solicita informações acerca das providências adotadas pelo Município em relação aos apontamentos constantes no parecer do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referente às Contas do Exercício de 2023, a Administração Municipal apresenta os esclarecimentos a seguir, com base nas manifestações técnicas encaminhadas pelas Secretarias e departamentos competentes.

Inicialmente, cumpre registrar que o dever de prestar informações ao Poder Legislativo constitui instrumento legítimo de fiscalização da atividade administrativa, decorrente do princípio da separação e harmonia entre os Poderes, previsto no art. 2º da Constituição Federal.

Todavia, conforme reconhecido pela doutrina administrativa e pela jurisprudência pátria, os requerimentos parlamentares devem conter questionamentos objetivos e delimitados, relacionados a fatos administrativos determinados, não sendo cabível a formulação de pedidos genéricos ou indeterminados que impliquem a realização de levantamentos extensos de dados, elaboração de relatórios inéditos ou produção de informações inexistentes nos registros administrativos.

Nesse sentido, o dever constitucional de prestar informações refere-se às informações existentes nos registros administrativos da Administração Pública, não alcançando a obrigação de produzir estudos técnicos, relatórios específicos ou consolidações de dados não previamente sistematizados.

No caso em análise, observa-se que parte dos questionamentos formulados no requerimento demanda levantamento específico de dados, elaboração de relatórios ou produção de informações inexistentes nos registros administrativos desta Municipalidade, razão pela qual tais providências extrapolam o dever constitucional de prestar informações.

Ainda assim, no intuito de colaborar com a atividade fiscalizatória do Poder Legislativo, a Administração Municipal procedeu ao encaminhamento do requerimento às Secretarias competentes, que apresentaram os esclarecimentos disponíveis nos registros administrativos existentes, os quais seguem consolidados.

I – SITUAÇÃO FISCAL ATUAL

Conforme manifestação do Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal de

Finanças, o resultado orçamentário consolidado apresenta os seguintes dados:

Exercício 2024

Receitas arrecadadas: R\$ 726.862.023,53

Despesas empenhadas: R\$ 670.065.032,41

Resultado: superávit de R\$ 56.796.991,12 (7,81%)

Exercício 2025

Receitas arrecadadas: R\$ 807.624.056,48

Despesas empenhadas: R\$ 690.913.944,72

Resultado: superávit de R\$ 116.710.111,76 (14,45%)

Considerando a ocorrência de superávit financeiro, a Secretaria de Finanças esclarece não haver necessidade de adoção de medidas específicas para recomposição do equilíbrio fiscal.

No que se refere ao percentual de investimentos em relação à Receita Corrente Líquida, registram-se os seguintes indicadores:

Exercício 2024

Despesas de capital liquidadas: 3,97% da Receita Corrente Líquida.

Exercício 2025

Despesas de capital liquidadas: 2,14% da Receita Corrente Líquida.

II – EDUCAÇÃO – DÉFICIT DE CRECHES

A Secretaria Municipal de Educação informa que realiza acompanhamento permanente das solicitações de vagas na educação infantil, com base nos registros administrativos da rede municipal.

O levantamento consolidado das solicitações de vagas apresenta a seguinte evolução:

2023 – 599 solicitações registradas

2024 – 362 solicitações registradas

2025 – 286 solicitações registradas

2026 (levantamento parcial – março) – 34 solicitações registradas

Observa-se, portanto, redução gradual da demanda reprimida ao longo dos últimos exercícios, resultado das medidas adotadas pela Administração Municipal para ampliação da oferta de vagas e reorganização da rede de atendimento.

A Secretaria também acompanha permanentemente a situação das unidades escolares quanto às exigências administrativas e de segurança, incluindo licenças e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, adotando providências administrativas para a regularização gradual das pendências existentes.

III – SAÚDE – FILAS E ESTRUTURA

A Secretaria Municipal de Saúde esclarece que realiza monitoramento contínuo das demandas reprimidas relacionadas a consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas por meio da Central Municipal de Regulação.

Durante o exercício de 2025 foram realizados mutirões de consultas, exames e procedimentos cirúrgicos, ampliando a oferta de atendimentos e contribuindo para a redução das filas históricas, embora ainda exista demanda reprimida em determinadas especialidades.

Para o exercício de 2026 permanecem em planejamento novas ações voltadas à ampliação da oferta assistencial.

Registra-se ainda que parte das demandas refere-se a procedimentos de média e alta complexidade cuja oferta depende da regulação estadual por meio da Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde – CROSS.

IV – INFRAESTRUTURA DE PRÉDIOS PÚBLICOS

As Secretarias consultadas informaram que, no período mencionado no requerimento, não foram realizadas reformas ou intervenções em unidades sob sua responsabilidade direta, nem foram identificadas unidades com necessidade de intervenção nas respectivas estruturas administrativas.

Nesse sentido, manifestaram-se nesse sentido as Secretarias de Obras e Serviços, Cultura, Administração, Juventude, Esporte e Lazer, Segurança Pública, Negócios Jurídicos e Meio Ambiente e Planejamento Urbano.

V – GESTÃO DE PESSOAL

Conforme manifestação do Departamento de Recursos Humanos:

– foi constatada redução aproximada de 36,75% no pagamento de horas extraordinárias entre os anos de 2024 e 2025;

– não há constatação de gratificações concedidas com o mesmo fato gerador.

VI – CONTROLE INTERNO E TRANSPARÊNCIA

As ações relacionadas ao aperfeiçoamento dos mecanismos de controle interno e à melhoria da transparência administrativa integram o planejamento institucional permanente da Administração Municipal, sendo continuamente desenvolvidas pelas unidades competentes.

Registra-se, por oportuno, que a Administração Municipal permanece à disposição dos órgãos de controle e fiscalização, prestando todos os esclarecimentos necessários sempre que formalmente solicitados, nos termos da legislação vigente.

Eventuais avaliações quanto à suficiência das providências adotadas ou quanto à regularidade dos atos administrativos constituem matéria sujeita à apreciação dos órgãos de controle externo e das instâncias competentes.

Por fim, ressalta-se que o presente expediente buscou atender ao requerimento parlamentar com base nas informações existentes nos registros administrativos das Secretarias competentes.

Caso o Vereador entenda necessário aprofundar determinado ponto específico, nada obsta que sejam apresentados novos requerimentos contendo questionamentos objetivos e delimitados, possibilitando a adequada manifestação técnica das unidades administrativas competentes.

Sem mais para o momento, renovamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

DAVID HILARIO NETO

Prefeito



Documento assinado eletronicamente por **David Hilario Neto, Prefeito**, em 30/03/2026, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **1084156** e o código CRC **E6161662**.

Referência: Processo nº 3524709.420.00005178/2026-09

SEI nº 1084156